



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA, TRABALHO E REDAÇÃO

Parecer nº 131/2024

Referência: Processo nº 568/2024

Assunto: Projeto de Lei Complementar nº 007, de 28 de março de 2023

Autor (a): Poder Executivo Municipal

Assinado por: Prefeita Municipal Antônia Eliene Liberato Dias

I - RELATÓRIO:

O Projeto de Lei Complementar nº 007, de 28 de março de 2023, que *“Altera o art. 28 da Lei Complementar nº 47, de 29 de setembro de 2003, que dispõe sobre o plano de carreira dos profissionais da educação municipal de Cáceres, seus respectivos cargos, salários e dá outras providências.”*.

Este é o Relatório.

II – DO VOTO DO RELATOR:

Trata-se de Projeto de Lei de autoria do Poder Executivo Municipal representado pela Excelentíssima Prefeita Municipal Antônia Eliene Liberato Dias, o qual *“Altera o art. 28 da Lei Complementar nº 47, de 29 de setembro de 2003, que dispõe sobre o plano de carreira dos profissionais da educação municipal de Cáceres, seus respectivos cargos, salários e dá outras providências.”*.

O projeto de lei complementar em análise prevê que:



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

“Art. 1º O § 6º do art. 28, da Lei Complementar nº 47, de 29 de setembro de 2003, alterado pela Lei Complementar nº 158, de 11 de março de 2021, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 28.

.....
(...) § 6º A jornada de trabalho dos servidores ocupantes do cargo de que trata o caput deste artigo poderá ser ampliada pela Administração Pública, mediante decreto, para atender, única e exclusivamente, às situações excepcionais, temporárias e de interesse público, observado o limite máximo de 50 (cinquenta) horas semanais. (...)”

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Cáceres/MT, em 28 de março de 2023.

ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS Prefeita Municipal de Cáceres”

Na Exposição de Motivos foi dito o seguinte pela Autora da Proposição:

“Mensagem relativa ao Projeto de Lei Complementar nº 007, de 28 de março de 2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal, de Cáceres, Mato Grosso:

Senhores Vereadores:

É nosso dever encaminhar aos ilustres membros do Poder Legislativo Cacerense, o Projeto de Lei Complementar nº 007, de 28 de março de 2023, que Altera o art. 28 da Lei Complementar nº 47, de 29 de setembro de 2003, que



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

dispõe sobre o plano de carreira dos profissionais da educação municipal de Cáceres, seus respectivos cargos, salários e dá outras providências, anexo.

O Projeto de Lei Complementar (PLC) nº 007 tem por finalidade alterar a jornada de trabalho de 44 (quarenta e quatro) horas para até 50 (cinquenta) horas semanais, da jornada de trabalho do Profissional da Educação Municipal, nos termos da Lei Complementar nº 47/2003.

Para tanto, altera-se o artigo 28, § 6.º, nos termos do presente PLC. Há a necessidade de referida adequação legislativa, tendo em vista que, no ano letivo 2023, a Prefeitura de Cáceres, através da Secretaria Municipal de Educação, está contratando professores substitutos mediante Contratos de Prestação de Serviço por Tempo Determinado, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais.

A dinâmica diária da referida Secretaria impõe a realização de ajustes para fins de cobertura de atestados médicos, que surgem no decorrer dos dias, e, também, de atendimento integral das necessidades, com o eventual acréscimo de horas aos contratos temporários, com o objetivo de suprir tais faltas médicas emergenciais.

Acontece que, pela legislação atual, o máximo de horas a serem atribuídas a tais contratos é de 44 (quarenta e quatro) horas, o que era condizente com os antigos contratos de 20 (vinte) horas; porém, não é mais suficiente com os atuais contratos de 30 (trinta) horas semanais.

Por estas razões é que apresentamos o PLC nº 007/2023 a Vossas Excelências, justificando o pedido de apreciação com urgência, por se tratar de relações de trabalho na área da Educação, que precisam estar amparadas legalmente, para, entre outras providências administrativas, efetuar-se o pagamento de



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

respectivos salários aos profissionais, prestadores de serviço contratados temporariamente para até 50 (cinquenta) horas semanais.

Ante a importância da matéria, solicitamos a Vossa Excelência e demais vereadores que deliberem e aprovem o PLC nº 007/2023, nos termos do Regimento Interno dessa Casa, em caráter de urgência urgentíssima.

Ao ensejo, externamos os votos de elevada estima e distinta consideração.

ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS Prefeita de Cáceres.”.

Pela leitura do Projeto de Lei Complementar, o aumento da carga horária para 50 horas semanais veio sem alteração da remuneração do servidor, o que viola a regra da irredutibilidade de vencimentos (artigo 37, inciso XV, da Constituição Federal).

Com efeito, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) reafirmou jurisprudência consolidada da Corte no sentido de que a ampliação de jornada sem alteração da remuneração do servidor viola a regra da irredutibilidade de vencimentos (artigo 37, inciso XV, da Constituição Federal).

Ao dar provimento ao Recurso Extraordinário com Agravo (ARE) 660010, com repercussão geral reconhecida, os ministros declararam que o Decreto estadual 4.345/2005, do Paraná, que fixou em 40 horas semanais a carga horária dos servidores públicos estaduais, não se aplica aos servidores que, antes de sua edição, estavam legitimamente subordinados a carga horária semanal inferior a 40 horas.

O pano de fundo da discussão foi a transposição dos servidores ocupantes do cargo de odontólogo, contratados sob o regime celetista para jornada semanal de 20 horas, para o regime estatutário, em 1992, passando a ser regidos pelo Estatuto dos Funcionários Públicos do Estado do Paraná (Lei 6.174/70).



**ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES**

Em 2005, o Decreto 4.345 alterou a jornada de todos os servidores públicos estaduais para 40 horas semanais, e, assim, os dentistas passaram a ter jornada diária de oito horas, sem aumento de vencimentos.

Na conclusão do julgamento, a maioria do Plenário do Supremo Tribunal Federal seguiu o voto do relator, ministro Dias Toffoli, no sentido de se reafirmar a jurisprudência quanto à irredutibilidade de vencimentos. No caso concreto, o entendimento foi o de que o parágrafo 1º do artigo 1º do Decreto estadual 4.345/2005 não se aplica aos servidores que já tinham carga horária semanal inferior a 40 horas antes de sua edição.

O Tema 514 do STF ficou assim redigido:

“Tema 514 - Aumento da carga horária de servidores públicos, sem a devida contraprestação remuneratória.

Há Repercussão?

Sim

Relator(a):

MIN. DIAS TOFFOLI

Leading Case:

ARE 660010

Descrição:

Recurso extraordinário em que se discute, à luz dos arts. 5º, XXXVI; 7º, VI; 37, XV, e 39, § 1º, II, da Constituição Federal, a possibilidade, ou não, de se aumentar a carga horária de servidores públicos, por meio de norma estadual, sem a devida contraprestação remuneratória, em face dos princípios do direito adquirido e da irredutibilidade de vencimentos.

Tese:

I - A ampliação de jornada de trabalho sem alteração da remuneração do servidor consiste em violação da regra constitucional da irredutibilidade de vencimentos; II - No caso concreto, o § 1º do art. 1º do Decreto estadual 4.345, de 14 de fevereiro de 2005, do Estado do Paraná não se aplica aos servidores



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

elencados em seu caput que, antes de sua edição, estavam legitimamente submetidos a carga horária semanal inferior a quarenta horas.”

Considerando todo o exposto, verifica-se que o presente projeto de lei complementar viola o artigo 37, inciso XV, da Constituição Federal e o item I, do Tema 514, do STF, que prevê: “I - A ampliação de jornada de trabalho sem alteração da remuneração do servidor consiste em violação da regra constitucional da irredutibilidade de vencimentos;”.

Assim, cumprido os requisitos legais, e, baseando nos fundamentos acima citados, voto pela **inconstitucionalidade e ilegalidade** do Projeto de Lei Complementar nº 007, de 28 de março de 2023, por violar a regra constitucional da irredutibilidade de vencimentos e o disposto no Tema 514, inciso I, do Supremo Tribunal Federal.


IV – DA DECISÃO DA COMISSÃO:

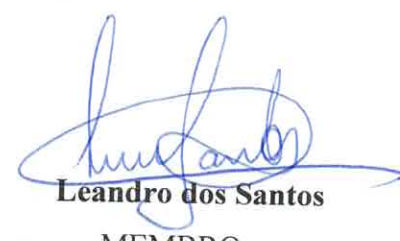
A Comissão de Constituição e Justiça, Trabalho e Redação, acolhe e acompanha o voto do Relator, votando pela **inconstitucionalidade e ilegalidade** do Projeto de Lei Complementar nº 007, de 28 de março de 2023, por violar a regra constitucional da irredutibilidade de vencimentosm (artigo 37, inciso XV, da Constituição Federal), e o disposto no Tema 514, inciso I, do Supremo Tribunal Federal.

É o nosso parecer, o qual submetemos à elevada apreciação Plenária.

Sala das Sessões, ~~15~~ de outubro de 2024.

Manga Rosa
PRESIDENTE


Pastor Júnior
RELATOR


Leandro dos Santos
MEMBRO